

Beatriz Buchilli visita AT

Esta é a segunda visita à AT que a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchilli, realiza. Buchilli defende maior troca de informações entre as duas instituições.

Pág. 6

FMI avalia funcionamento da AT

Envolvidos num programa denominado TADAT, especialistas do Fundo Monetário Internacional procederam a uma avaliação de diagnóstico do sistema da administração tributária moçambicana, à luz das boas práticas internacionais.

Pág. 5

“A nossa função é executar a cobrança de receitas”

- Rosário Fernandes, Presidente da AT, em entrevista concedida ao Jornal Canal de Moçambique, em torno da actuação da AT no processo de venda das acções da ENI.

Pág. 14

TRIBUTÁRIO



• Gabinete de Comunicação e Imagem | DIRECTOR: Lemos Formiga •

• EDIÇÃO Nº91 | MAR - 2015 | Maputo - Moçambique •



AT apoia vítimas das enxurradas

Após as chuvas calamitosas que se abateram nas regiões centro e norte do país, destruindo diversas infra-estruturas, incluindo habitações, a AT junta-se ao movimento de solidariedade, oferecendo alguns donativos.

Pág. 4

Relações transfronteiriças de Moçambique >>

Estudo feito pelo observatório do Meio Rural (OMR) conclui que fronteiras nacionais são pouco competitivas.

“Orgulho-me por ser a melhor defensora de Moçambique, e uma das melhores de África” >>

- Afirma Valerdina Manhonga, atleta de basquetebol e funcionária da AT, em entrevista ao Boletim Tributário.

CENTRAL DE ATENDIMENTO

• O novo serviço da Autoridade tributária de Moçambique que visa esclarecer todas as suas dúvidas sobre o Sistema Tributário Moçambicano, onde voce estiver, sem precisar de enfrentar filas e economizando tempo.

• Horário de funcionamento
7:30h às 15:30h



Ligue:
1266
(Válido para todas as operadoras)
linhadocontribuinte@at.gov.mz

at.gov.mz





A NOSSA MISSÃO

Colectar receitas para financiar as actividades públicas, promovendo a eficácia, eficiência e equidade na aplicação da política tributária, incluindo a aduaneira, garantindo uma maior comodidade aos contribuintes no cumprimento das suas obrigações, bem como proteger a economia e a sociedade.

A NOSSA VISÃO

Tornarmo-nos referência nacional e internacional na prestação de serviços de primeira qualidade, na colecta de receitas e na promoção e protecção da economia e da sociedade.

OS NOSSOS VALORES

Confiança, respeito mútuo, equidade, integridade, transparência, cortesia, dedicação e excelência.



EDITORIAL

Avaliando o nosso desempenho!

Passados oito (8) anos desde a sua entrada em funcionamento, em Novembro de 2006, eis que a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) acolhe uma assistência técnica do programa TADAT, levado a cabo por especialistas do FMI com vista a medir a adequação dos sistemas das administrações tributárias em relação às boas práticas internacionais.

Tal como sabemos, desde a sua criação, a AT tem vindo a implementar reformas, com ênfase nos projectos de modernização tecnológica, augurando maior eficiência e qualidade nos serviços que presta aos seus utentes. Contudo, existe sempre espaço para aprimorar o funcionamento, mediante o balanço do estágio operacional actual e identificação dos aspectos por melhorar.

Nesta senda, uma equipa do FMI procedeu à avaliação de diagnóstico, tendo em conta, entre outros indicadores, as obrigações tributárias básicas; a gestão de risco e cumprimento voluntário; a eficiência e eficácia e; a transparência e prestação de contas. Estes e outros indicadores mereceram, uns, maior, outros, menor pontuação, embora os especialistas reconheçam que, estando a AT em processo de modernização, muitas das pontuações podem mudar à medida que os avanços se concretizem efectivamente.

A avaliação do funcionamento da AT, que com certeza trouxe grandes contribuições com vista ao seu melhoramento, pretende ser a bússola de orientação que deverá guiar esta jovem instituição rumo a uma cada vez maior capacidade de arrecadação de receitas para os cofres do Estado, sem deixar de lado a oferta de maior comodidade aos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais.

TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE!

O Director

Lemos Formiga

Revista de Imprensa.

Jovens estudantes incentivados a formarem-se em engenharias

O Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), Rosário Fernandes, defendeu, há dias, na cidade de Pemba, que os jovens que ingressam no ensino superior, no país, devem apostar na formação em engenharia nos diversos ramos, especialidades que, segundo disse, irão acelerar o desenvolvimento e tirar Moçambique da situação da pobreza a que se encontra.

Jornal Notícia, dia 14 de Março de 2015.

ALFÂNDEGAS APREENDEM AMENDOIM E ELECTRODOMÉSTICOS DIVERSOS

A Autoridade Tributária de Moçambique através das Brigadas Móveis apreendeu na manhã de segunda-feira passada, 16 de Março, na Estrada Nacional número 4, que dá acesso à fronteira de Ressano Garcia, 600 sacos de amendoim descascado, diversos electrodomésticos que incluem televisores, aparelhos de som, chaleiras eléctricas, microondas, ventoinhas, entre outros.

Jornal Notícias, dia 19 de Março de 2015.

INAUGURADAS INSTALAÇÕES DO ISPUMA EM NACALA

O Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Dr. Rosário Fernandes, proferiu recentemente uma oração de sapiência por ocasião da abertura do ano lectivo de 2015 e da inauguração das instalações do ISPUMA – Instituto Superior Politécnico e Universitário de Nacala.

Jornal Notícias 20 de Março de 2015.

CASO DE APREENSÃO DE 50 CONTENTORES DE MADEIRA CHEGA AO FIM ESTA SEMANA

O Director de Auditoria, Investigação e Inteligência da Autoridade Tributária de Moçambique, Cristiano Dengo, garantiu que o caso que levou à retenção, na Beira, de 50 contentores de madeira, escoados através de 36 camiões, será esclarecido ainda esta semana.

Jornal Diário de Moçambique do dia 25 de Março de 2015

Ficha Técnica

PROPRIEDADE:
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE:
Rosário B. F. Fernandes

DIRECTOR:
Lemos Formiga

CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:
Haydn Joyce David

COORDENADOR EDITORIAL:
Bernardino de Sousa Manhaussane

REDACÇÃO:
Bernardino Manhaussane, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhalítima, Milco Matavele, Anacleto Bila, Márcia dos Santos

MAQUETIZAÇÃO: Gabinete de Comunicação e Imagem / Horizon Marketing & Services

IMPRESSÃO: Horizon Marketing & Services

ENDEREÇO/CONTACTO:

Av. Albert Lithuli, Nº 2815, R/C, gcmagem@at.gov.mz | gcmagemat@gmail.com | Telefax: 21 404939
MAPUTO - MOÇAMBIQUE



AT apoia vítimas das cheias

Por: Angélica Acácio e Milco Matavele



Abdul Razak, Governador da Província da Zambézia, recebendo, simbolicamente, das mãos do Presidente da AT, donativos para apoio às vítimas das cheias

As chuvas que caíram nas regiões centro e norte, no início do ano, provocaram vários danos, tendo destruído várias infra-estruturas públicas tais como hospitais, vias de acesso, escolas, linhas de transportes de energia, entre outras.

Perante esse triste cenário, muitas famílias perderam suas casas e seus campos de cultivo. Estima-se que cerca de 250 mil pessoas ficaram afectadas, tendo-se registado 159 óbitos, e 100 mil

alunos ficaram sem os seus materiais escolares, pondo em risco o seu ano lectivo.

No âmbito da sua responsabilidade social, a Autoridade Tributária de Moçambique, em parceria com alguns músicos moçambicanos envolvidos num movimento denominado "Nação Solidária", procedeu, a 19 de Março do corrente ano, na sede do Governo da Zambézia, à entrega de donativos para as vítimas das cheias, constituído por

produtos alimentares, roupas, calçados, material escolar e um valor monetário de 75 mil meticais, fruto da contribuição dos seus funcionários, com vista a minimizar o sofrimento das pessoas afectadas pelas enxurradas.

Os donativos, foram entregues ao Governador da Província da Zambézia, Abdul Razak, que por seu turno procedeu à entrega dos mesmos à representante do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades a nível daquela província, a qual se comprometeu a fazê-los chegar aos afectados. Na ocasião, Abdul Razak agradeceu pelo apoio que a AT, juntamente com músicos, prestou às populações daquela província, tendo dito que aquele gesto aliviaria o sofrimento das pessoas afectadas.

Por sua vez, o Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, disse que a iniciativa visava ajudar as pessoas afectadas pelas cheias que se registaram no país.



Momento em que o Presidente da AT oferece brindes ao Governador da Zambézia



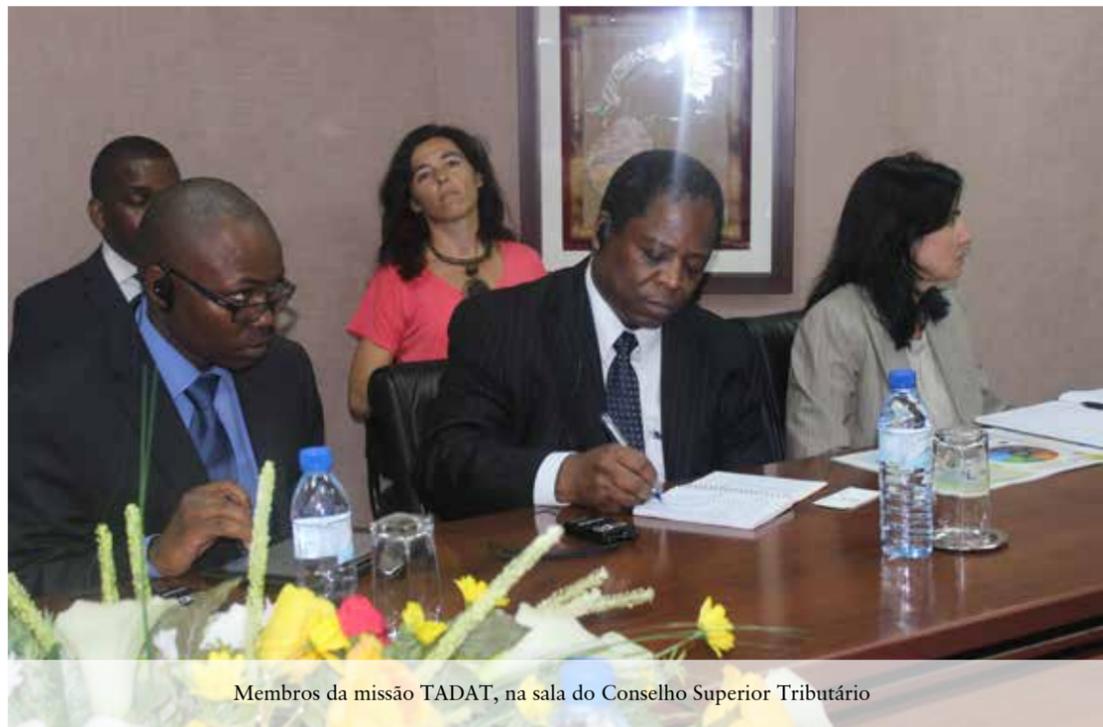
Foto de família



Presidente da AT, Rosário Fernandes, falando à imprensa, vendo-se, por detrás, os donativos numa camioneta

FMI avalia funcionamento da AT

Por: Bernardino Manhaussane



Membros da missão TADAT, na sala do Conselho Superior Tributário

Uma equipa do FMI, que se dedica à prestação de assistência técnica às administrações tributárias, através do programa TADAT, fez uma avaliação de diagnóstico do sistema de funcionamento da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), numa missão que decorreu de 9 a 24 de Março do corrente ano.

A avaliação do funcionamento da AT foi feita em relação às boas práticas internacionais e incidiu em aspectos como obrigações tributárias básicas, gestão de risco e cumprimento voluntário, eficiência e eficácia, transparência e prestação de contas.

No final do trabalho a equipa apontou como sendo pontos fortes da AT, entre outros, o cumprimento sistemático das metas de arrecadação constantes do orçamento do Estado; a independência do processo de contencioso em relação à autoria para a maior parte dos casos contestados pelos contribuintes e; a publicação regular do desempenho financeiro e operacional da AT. Por outro lado, a equipa do FMI considerou como sendo pontos fracos, o registo de contribuintes incompleto e informações

inexactas; ausência de um programa de gestão integrado de cumprimento tributário e; baixa taxa de entrega das declarações dos impostos básicos no prazo.

A chefe da missão do FMI referiu que o objectivo da missão TADAT é avaliar o funcionamento da administração tributária à luz

das boas práticas internacionais e, consoante as necessidades, deixar recomendações com vista ao seu melhoramento.

Na ocasião, o Presidente da AT, Rosário Fernandes enalteceu a importância estratégica daquela missão, que acontece numa altura em que a AT tem vindo a introduzir várias reformas, quer de natureza legislativa, quer de natureza tecnológica, com vista a otimizar o seu funcionamento. *“Acolhemos na totalidade esta avaliação. Sempre que se fala em reformas, sobretudo nos indicadores que vocês têm, somos inteiramente abertos. Estamos cientes de que muito há por fazer para que possamos ser uma instituição credível e competitiva. Queremos merecer a confiança dos contribuintes, de outras administrações tributárias e estar no clima de competitividade”.*



À esquerda, Chefe da Missão TADAT, à direita, Rosário Fernandes, Presidente da AT



Membros da missão TADAT

Após visitar a AT**PGR defende maior troca de informações entre as instituições**

- DAll recuperou cerca de 440 milhões de meticais em 2014

Por: Milco Matavele



Em plano destacado, Beatriz Buchili, Procuradora-Geral da República, recebendo, do Director-Geral das Alfândegas, Guilherme Mambo, explicações do funcionamento de alguns sectores da instituição

A Procuradora-Geral da República (PGR), Beatriz Buchilli, efectuou uma visita de trabalho à AT, concretamente à Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência (DAll) e ao Terminal Internacional Marítimo (TIMAR), no dia 12 de Março do corrente ano, com vista a inteirar-se do seu funcionamento. Para além da PGR, fizeram-se presentes os procuradores-gerais adjuntos de várias áreas da procuradoria, a Juíza substituta do Tribunal Kampfumo, assessores de imprensa e demais funcionários da PGR.

Numa altura em que o contrabando toma contornos alarmantes, o Director da DAll, Cristiano Dengo, deu a conhecer à PGR os produtos mais contrabeados, com destaque para cigarros, madeira, bebidas alcoólicas, açúcar, viaturas, estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Na ocasião, o director da DAll pediu à PGR celeridade processual, em especial os processos recorridos no Tribunal Administrativo. Pediu ainda a resolução de conflito positivo de competência na identificação de foro competente para dirimir

os casos de apreensão de valores monetários, como foi o caso de valores apreendidos na Região Centro em 2010, no valor de 4 milhões de dólares, que o tribunal Aduaneiro apreciou e reverteu o valor envolvido ao tesouro público. Mas, em contra partida, no ano passado, num caso similar o tribunal decidiu cobrar multa de transgressão de 100.855,55Mt, e libertou USD 220.245,00, em prejuízo do Estado.

“Por vezes encaramos casos desagradáveis. Pedimos transparência no tratamento de processos de apreensão de substâncias psicotrópicas e de estupefacientes apreendidos nos Aeroportos. Quando as Alfândegas detectam transportadores humanos de substâncias estranhas, e são dirigidos ao hospital para retirada dos mesmos, não há informação posterior sobre o desfecho e não são criadas condições de procedimento fiscal por contrabando, quando as normas aduaneiras impõem a necessidade de promoção de processos independentes sobre o mesmo caso”, disse Dengo.

De acordo com Cristiano Dengo,

durante o ano de 2014 a DAll registou cerca de 264 processos indicados, 243 processos enviados ao Ministério Público, 99 processos julgados, 21 processos em curso e 144 processos aguardando a decisão do Tribunal.

Dengo esclareceu, ainda, que dos processos em curso na investigação, alguns aguardam a emissão do DUC ou inspecção pós-desembarque pela Intertek, outros aguardam a publicação da notificação por edital, visando contornar nulidade processual estabelecida no artigo 72 do Contencioso Aduaneiro.

Por sua vez, a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchilli, anotou as preocupações e prometeu trabalhar em coordenação com a instituição. Em contrapartida a PGR queixou-se de falta da informação dos processos e pediu maior cooperação com a Divisão da Auditoria. *“Não podemos trabalhar sozinhos. Há necessidade de se criar uma equipe multi-sectorial para atacarmos o problema. Tem que haver coordenação. Vamos começar desde já com trabalho nesses aspectos, até de troca de informação importante”*, referiu Buchilli.



Momento em que Beatriz Buchili é recebida na Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência



Pormenor da visita ao Armazém de Leilões



TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE

Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto



- **NUIT é o Número Único de Identificação Tributária.**

Adquira o seu NUIT na Direcção da Área Fiscal (DAF) mais próxima de si.
É gratuito (MAHALA) e rápido



Ligue:
1266 (válido para todas as operadoras)
linhadcontribuinte@at.gov.mz



at.gov.mz

Segundo o estudo do OMR

Fronteiras nacionais são pouco competitivas

Por: Milco Matavele



Realizou-se no dia 13 de Março do corrente ano, na cidade de Maputo, uma palestra subordinada ao lema: "Relações transfronteiriças de Moçambique". A mesma teve como principais oradores, os economistas João Mosca e António Júnior, e contou com a presença do Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, dos membros do Conselho Directivo da AT, de quadros da instituição e demais convidados.

Segundo as conclusões do estudo feito pelo Observatório do Meio Rural (OMR), liderado por João Mosca, Moçambique não explora o potencial de produção e vendas de mercadorias através das fronteiras nacionais. Como razões da fraca competitividade nas fronteiras nacionais o OMR aponta a corrupção e a desorganização dos produtores.

O estudo em apreço explica, ainda, que as pessoas que vivem nas zonas fronteiriças consomem mais produtos vindos dos países vizinhos e não conseguem vender a sua produção para o outro lado da fronteira. A consequência,

de acordo com o economista João Mosca, é a perda de uma importante oportunidade de melhorar o fluxo de negócio e o rendimento familiar das populações.

Por sua vez, António Júnior, durante o estudo que fez nalgumas fronteiras nacionais, constatou constrangimentos enfrentados pelos utentes das fronteiras. Júnior refere que muitos dos usuários das fronteiras, em particularmente os residentes das zonas fronteiriças que se dedicam à importação de mercadorias com fins comerciais queixam-se de dificuldades na aquisição do passaporte, do desconhecimento da pauta aduaneira (no caso dos importadores) e das taxas aplicáveis às mercadorias que estes importam.

O estudo feito pelo economista António Júnior revela que há mais importações do que exportações, pelo facto de as populações não estarem motivadas no processo da comercialização. "Os intervenientes do outro lado da fronteira acabam sendo mais competitivo do que do nosso lado". Com efeito,

Júnior defende a necessidade de haver uma balança mais equilibrada entre a importação e a exportação directas nas zonas transfronteiriças. "Temos que incentivar a organização dos produtores em secções e exposições locais do comércio e agricultura. Temos, também, de trabalhar junto do sistema de exploração mineira artesanal para que haja maior controlo dos fluxos de minerais importantes", referiu Júnior.

Neste contexto, Júnior considera que as transacções que são feitas entre as fronteiras são de extrema importância. "Devemos combinar e facilitar as relações económicas e comerciais. Mas também temos consciência que existem outros problemas que têm de ser considerados, tais como a segurança, o tráfico, as transacções de mercadorias ilícitas, e o contrabando".



Alguns participantes do evento



Dr João Mosca, proferindo, as notas introdutórias em torno do tema da palestra



Dr António Júnior, fazendo a apresentação do estudo que realizou relacionado com o tema da palestra



ANTÓNIO JÚNIOR

“O maior contributo desse estudo são as evidências para a melhoria de processos relacionados com a informação sobre as taxas aduaneiras da intervenção da AT e do Estado no processo de tributação das populações. Nós frisamos a necessidade de as populações residentes nas zonas fronteiriças serem incluídas na discussão sobre os mecanismos relacionados com as questões aduaneiras.

A questão das cobranças ilícitas tem a ver com o défice dos mecanismos. A partir do momento que se vai discutir com as populações, as pessoas ficam a saber quais são os seus direitos e deveres, evitando, assim, casos de cobranças ilícitas”.



ROSÁRIO FERNANDES

“Nós temos uma relação estreita com o Ministério do Interior. Isto vai permitir que estes aspectos possam ser corporizados naquilo que são as iniciativas dos palestrantes.

No que diz respeito às cobranças ilícitas, sempre que ocorra e haja provas produzidas tomamos medidas imediatas, e fazemos correctamente. Em 2009, assinámos memorando de entendimento com as associações Mukhero e Assotsi, existentes no país, em que um dos aspectos importantes é eles fazerem a vigilância do sistemas de extorsão e do crime organizado. Estamos a pôr em pratica com êxitos e os resultados são palpáveis”.



PERFIL ACADÉMICO DE JOÃO MOSCA

- É membro fundador do Observatório sobre o Meio Rural (OMR) e membro do Grupo de Coordenação.
- Desde 2008 é Professor Catedrático na Universidade Jean Piaget de Moçambique e Professor Catedrático Convidado na Universidade A POLITÉCNICA, em Maputo.
- É docente universitário desde 1987, tendo leccionado na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, Universidade de Córdoba (Espanha), na Escola Superior Agrária de Elvas, no Instituto Piaget em Portugal, na Universidade Moderna em Setúbal e Lisboa e na Universidade Jean Piaget de Moçambique.
- Actualmente é Professor Catedrático na Universidade a Politécnica e docente em disciplinas de mestrado da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo.



Eu sou **João NUIT**

Vamos todos pagar o imposto e garantir o futuro de Moçambique!



AT movimenta quadros

Por : Milco Matavele

No âmbito da gestão estratégica dos Recursos Humanos, com vista a conferir maior dinamismo aos vários sectores da instituição, alguns quadros da instituição foram indicados para desempenhar novas funções, destacando-se o novo Director Regional Norte e os novos Delegados da AT.

- **TOMÁS TINGA É O NOVO HOMEM FORTE DA REGIÃO NORTE (DRN)**
- **AS PROVÍNCIAS DE NAMPULA, NIASSA, GAZA, MAPUTO, CIDADE DE MAPUTO, CABO DELGADO, TETE, ZAMBÉZIA, MANICA, INHAMBANE, COM NOVOS DELEGADOS**
- **CRIADA SECRETARIA-GERAL DA AT E DIVISÃO DE ASSUNTOS DE TÍTULOS HONÓRIFICOS, MUSEUS, MONUMENTOS E ESTÉTICA.**

No decurso da cerimónia de Tomada de Posse, ocorrida no dia 13 de Março do corrente ano, em Maputo vários quadros da instituição foram nomeados para desempenhar novas funções. Entre os empossados, o destaque vai para a nomeação de Tomás Timba, para exercer o cargo de Director Regional Norte, Pedro pereira, para exercer o cargo de Delegado da AT, na cidade de Maputo e Chefe da Task Force da AT para os Recursos Naturais, de Fernando Tinga, para exercer o cargo de Delegado da AT, em

Cabo Delgado, de Ângelo Pene, para o cargo de Delegado da AT, em Nampula, de Amido Abdala, para o cargo de Delegado da AT, na Província de Maputo, e de Maria Ivone Cossa para o cargo de Delegada da AT, na Província Inhambane, Maria Machicoa, para exercer o cargo de Delegada da AT, na Província de Gaza, Herculano Cintura, para exercer o cargo de Delegado da AT, na Província da Zambezia, Sandra Andrade, para exercer o cargo de Delegada da AT, na Província de Manica, Roberto Djedje, para

exercer o cargo de Delegado da AT, na Província de Niassa, e de Edson Mutemba, para exercer o cargo de Delegado na Província de Tete.

Intervindo na ocasião, o Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, enalteceu o papel desempenhado pelos quadros cessantes e exortou aos recém-empossados a contribuírem com os seus conhecimentos e experiência para ajudar a instituição no alcance das metas.



Tomás Timba, nomeado Director Regional Norte



Pedro pereira, nomeado Delegado da AT, na cidade de Maputo e Chefe da Task Force da AT para os Recursos Naturais



Amido Abdala, nomeado Delegado da AT, na Província de Maputo



Maria Machicoa, nomeada Delegada da AT, na Província de Gaza



Maria Ivone Cossa nomeada Delegada da AT, na Província Inhambane



Sandra Andrade, nomeada Delegada da AT, na Província de Manica



Herculano Cintura, nomeado Delegado da AT, na Província da Zambézia



Ângelo Pene, nomeado Delegado da AT, em Nampula



Edson Mutemba, nomeado Delegado na Província de Tete



Roberto Djedje, nomeado Delegado da AT, na Província de Niassa



Fernando Tinga, nomeado Delegado da AT, em Cabo Delgado



**Abra e estenda as mãos,
contribuindo para
o desenvolvimento
do nosso país**

**Pague o imposto e cumpra com
as suas obrigações fiscais**

10 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES FINALISTAS UNIVERSITÁRIOS DE MOÇAMBIQUE (AEFUM)

AT participada 10ª edição do programa férias desenvolvendo o distrito

Por: Anacleto Bila



Alguns patecipantes do evento

A Autoridade Tributária de Moçambique, parceira da Associação de Estudantes Finalistas Universitários de Moçambique (AEFUM) participou, no dia 2 de Março do ano em curso, na sala de Sessões do Ministério da Juventude e Desportos, de um evento comemorativo, alusivo a realização da 10ª edição do programa - Férias Desenvolvendo o Distrito, que marca igualmente, os 10 anos de existência da AEFUM.

O evento contou com a presença do Ministro da Juventude e Desportos, Alberto Nkutumula, o Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Rosário Fernandes, do Coordenador-Geral da AEFUM, Ivo Mapanga, entre outros quadros do Ministério da Juventude e Desportos, da AT e de estudantes participantes da 10ª edição do programa.

Na ocasião, o Ministro da Juventude e Desportos, Alberto Nkutumula disse estar orgulhoso de todos os estudantes que se dispuseram a deslocar-se para os distritos, local conhecido como o "pólo do desenvolvimento", e instou a cada um dos estudantes presentes a retornar aos distritos e trabalhar para contribuir para o desenvolvimento do distrito, e consequentemente da província e do país.

Por seu turno, o Presidente da AT, Rosário Fernandes considera a iniciativa da AEFUM uma mais-valia na área da fiscalidade, utilizando os estudantes como veículos disseminadores do imposto, pois o projecto incide as suas actividades no distrito, "o pólo do desenvolvimento", onde realmente se traduz a formação da riqueza nacional, a qual se configura como a potencial base colectável.

Na sua intervenção, o Coordenador Geral da AEFUM, Ivo Mapanga, saudou ao governo e aos parceiros do programa que de forma incansável e abnegada tem apoiado o programa. "A 10ª edição do programa Férias Desenvolvendo o Distrito marca igualmente os 10 anos da AEFUM. O programa tem sido uma escola de patriotismo e acima de tudo um veículo de oportunidades para inserção socioprofissional dos recém graduados, bem como para conciliar a teoria que grande parte dos nossos colegas traz das universidades, com o conhecimento empírico das nossas comunidades."

De referir que os estudantes que falaram em representação dos 385

estudantes participantes da 10ª edição deste programa, afirmaram ter colhido experiências motivadoras no distritos onde estavam inseridos, e mostraram-se disponíveis para retornar aos distritos de forma a contribuir para o desenvolvimento destes, implementando projectos que desenvolveram durante a sua passagem pelo distrito. [BT]



Alberto Nkutumula, Ministro da Juventude e Desportos, falando aos estudantes



Presidente da AT, Rosário Fernandes



Ivo Mapanga, Coordenador-Geral da AEFUM



Foto de família

“Cada um deve dar o seu contributo para que o Estado possa responder às necessidades colectivas”

–Afirma Augusto Tacaríndua, Director Geral dos Impostos

Por: Bernardino Mahaussane



De pé, Augusto Tacaríndua, Director-Geral dos Impostos

O Director Geral dos Impostos, Augusto Tacaríndua, considera que o Estado precisa de prover-se, mediante a contribuição fiscal de cada um, para responder às necessidades colectivas. Tacaríndua fez estes pronunciamentos durante a cerimónia de entrega de certificados de participação na formação sobre matérias fiscais e aduaneiras aos disseminadores do imposto, ocorrida no dia 21 de Março, na cidade de Quelimane.



Alguns participantes do eventos

Augusto Tacaríndua, que falava em representação do Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, aproveitou a ocasião para reforçar os conhecimentos dos disseminadores do imposto, ora formados, ao referir-se aos fundamentos do pagamento do imposto. Tacaríndua fez uma abordagem em torno da evolução das sociedades, do ponto de vista da sua forma

de organização, desde os primórdios até o estágio actual. *“Com o desenvolvimento das sociedades, as necessidades foram crescendo e o homem descobriu que individualmente não era capaz de se prover de tudo. Tinha que encontrar uma forma de se organizar, e a melhor forma foi a criação do Estado para representar a todos”.*

De acordo com Augusto Tacaríndua, sendo o Estado o representante de todos, os recursos só podem advir da contribuição de cada um que pertence a esta organização. *“Uma das formas dessa contribuição é exactamente o pagamento do imposto para que o Estado possa fazer face às necessidades colectivas, como a construção de escolas, hospitais, e outras necessidades públicas”.*

Num outro desenvolvimento Tacaríndua reconhece que existe uma certa resistência de alguns concidadãos em cumprir com as suas obrigações fiscais. *“Como disseminadores, a nossa tarefa é continuarmos a disseminar o imposto no seio das comunidades, dizendo o que é o imposto e quais são os benefícios da contribuição*

por via do imposto”.

Chamado a intervir, o representante dos disseminadores disse estarem aptos para apoiar a AT na sensibilização ao cumprimento voluntário das obrigações fiscais.



Representante dos disseminadores formados

Refira-se que o evento serviu, igualmente, para a entrega de equipamento desportivo às equipas da AT de Quelimane, nas modalidades de voleibol, futebol de salão e basquetebol. Por outro lado o Director Geral dos Impostos recebeu da Delegação Provincial da Zambézia o diploma de participação da AT no carnaval solidário realizado em 2014, na cidade de Quelimane.



Momento em que o Director Geral dos Impostos recebe do Delegado Provincial da Zambézia o diploma de participação da AT no carnaval solidário



Entrega de certificado a um dos disseminadores formados



Entrega simbólica de equipamento desportivo para as equipas da AT na província da Zambézia

“A nossa função é executar a cobrança de receitas”

Fonte: Canal de Moçambique



Rosário Fernandes, Presidente da AT

No âmbito das graves suspeições que pesam sobre o antigo Presidente da República, Armando Guebuza, no “dossier” do gás do Rovuma, sobretudo a alegada relação de troca de favores com gestores do topo da italiana ENI, o **Canal de Moçambique** decidiu pedir esclarecimentos ao Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, para sabermos até que ponto as promiscuidade relatadas influenciaram a sua actuação. Rosário Fernandes, reputado em vários círculos como “alérgico à corrupção”, lançou um aviso para indicar que, se houver problemas no processo, certamente que não é com ele: “Quando se tem princípios, vive-se tranquilo” foi uma das frases ditas por Rosário Fernandes, que colocou tudo “preto no branco”, no que diz respeito à cobrança de impostos. Recusou comentar sobre o encontro entre Guebuza e os gestores da ENI, em Changara. Só Guebuza pode explicar sobre para onde viajou e com quem reuniu. Rosário Fernandes demonstrou com cálculos que a sua instituição cobrou o que devia cobrar (530 milhões de dólares, incluído a central eléctrica de

Palma). Durante a entrevista, foi explícito. Acompanhe a entrevista na íntegra.

Canal de Moçambique (Canal)- Qual foi o papel da Autoridade Tributária no processo da venda das acções da ENI à CNODC?

Rosário Fernandes – A Autoridade Tributária interveio tributando os ganhos obtidos pela ENI pela cedência das acções a favor da CNODC, que resultou na tributação das mais-valias correspondentes. A Autoridade Tributária interveio nesse processo executório. A nossa função é executar a cobrança de receitas. Onde deve ser cobrado, nós vamos até ao limite. E começamos essas operações diligentes, em 2009, mas a efectividade foi em 2012. Em 2012, 2013, 2014, com muito sucesso.

Canal – Por que razão foi o então presidente, Armando Guebuza, responsável pelas negociações da taxa das mais-valias?

Rosário Fernandes – A cobrança dos impostos é da exclusiva competência das administrações tributárias, envolvendo organismos de

tutela, nomeadamente Ministério das Finanças, Ministério dos Recursos Minerais e do Banco de Moçambique. Nenhuma outra entidade goza de atribuições ou competências sobre o assunto, por imperativos da lei. Cabe às administrações tributárias fazerem as suas atribuições. Não há que misturar com mais ninguém. Nós conhecemos as nossas competências.

Canal – Mas no caso em concreto foi anunciado em Tete, e depois de um encontro entre os gestores da ENI e o então Presidente da República. Em que ficamos?

Rosário Fernandes – Não tem caso em concreto. Eu não estou preocupado com quem anunciou. Estou preocupado com o que nós fazemos. A nossa responsabilidade é cobrar os impostos e nós fazemos aquilo que é de lei.

Canal – Respeito muito o que está a dizer. Mas senhor Presidente, o pagamento das mais-valias foi anunciado em Tete. Curiosamente, lá onde o então Presidente da República estava com os gestores da ENI. Vou insistir. Porquê?

Rosário Fernandes – Senhor editor, nós fazemos as nossas funções de responsabilidade. Onde está, ou onde estava o Chefe do Estado ou ministro, isso é da alçada do ministro e do Chefe do Estado. Quando o Chefe do Estado faz viagens ele é que sabe o que lá vai fazer. Eu estou a cobrar os impostos.

Canal– Mas no caso de Tete estavam lá com os gestores da ENI a tratar de impostos e depois foram anunciadas as mais-valias. É isso que queremos saber: como isso foi possível, estarem a tratar de impostos em Tete?

Rosário Fernandes – Eu não sei. Eu nem sei se estavam a tratar de impostos. Eu nem estive lá. Eu não sei.

Canal – Senhor Presidente, desculpe-me, a sua responsabilidade é cobrar imposto, na reunião de Tete estavam a tratar de imposto, o senhor não estava lá. E isso foi anunciado na imprensa. O senhor Presidente não viu a imprensa?

Rosário Fernandes – Eu não sei. A minha resposta é rigorosamente essa. Não vale a pena fazer especulação sobre nada.

Canal – Senhor presidente, perdoe-me, mas não se trata aqui de nenhuma especulação. Toda a imprensa noticiou que as mais-valias foram anunciadas em Tete, depois da reunião entre os gestores da ENI e o então Presidente da República. Isso não é especulação. Foi um evento que aconteceu.

Rosário Fernandes – A resposta é essa. Eu respeito a imprensa, porque trabalhei na imprensa, mas a minha resposta é essa. Eu aprendi sobre deontologia e aprendi a ser cauteloso e cuidadoso na maneira de apreciar as questões. E gosto de ser honesto e sincero.

Canal – É muito bom que assim seja.

Rosário Fernandes – Se eu tivesse algum encontro dessa natureza, não teria problema nenhum em dizê-lo. Diria logo. As pessoas sabem que eu sou assim. Se eu estivesse lá, diria logo que estive com fulano de tal. Não vou dizer uma coisa que realmente não aconteceu. Nós fizemos as nossas cobranças e estamos ali rigorosamente na hora, quando devemos estar. Agora, se há outros encontros de qualquer

entidade, eu não sei. Vamos ser sinceros.

Canal – Quanto dinheiro cobrou a AT de impostos na transacção?

Rosário Fernandes – O dinheiro cobrado pela AT na operação, e totalmente transmitido à Conta Única do Tesouro, consta no nº 8 do Comunicado nº 3, de 28 de Agosto de 2013. Nós publicamos tudo. No Comunicado nº 3, numero 8, de 28 de Agosto de 2013. Toda demonstração está ali, com toda álgebra necessária e algoritmo de apuramento. Foi o caso que publicitamos com maior pormenor possível. Para não haver dúvidas.

Canal – Qual é a entidade da AT



que esteve presente no encontro de Changara, entre os gestores do topo da ENI e o então Presidente da República?

Rosário Fernandes – Os encontros com os gestores dos investimentos da Bacia de Rovuma com a AT só tiveram lugar nas instalações da AT, em Maputo. Não foi em nenhum outro lugar. Envolvendo a Cove Energy PLC, a Videocom Energy, a ENI Spa e a Anardarko Limited.

Fora da Cidade de Maputo, nunca houve qualquer outro encontro com investidores, nem com a ENI Spa. Os programas de trabalho ou de visita de quaisquer organismos públicos ou privado

são de competência exclusiva dos mesmos. Nunca tratamos de impostos fora da sede da AT. Isso assumo com rigorosidade. É uma concepção que eu tenho. Até pedia demissão, se não fosse isso. As pessoas sabem que sou assim mesmo. Ou é, ou não é. A maior transparência possível “on the table”. Se não está aqui, eu não vou lá. Não posso dizer que houve um encontro, quando eu não estive lá. Mesmo que isso custasse a minha saída da Autoridade Tributária, eu sairia. Disso podem ter a certeza.

Canal – Muito bom. Terá o presidente da AT delegando competências ao então Presidente da República para tratar do expediente? Porque?

Rosário Fernandes – As atribuições e competências dos órgãos do Estado são estabelecidas por lei e publicadas em BR, podendo ser consultadas pelos interessados para melhor

esclarecimento ou dissecação de dúvidas de interpretação. O Presidente da República tem as suas competências e atribuições. Os ministros têm, o Presidente da AT tem. Eu gosto de ler, ponto por ponto, qual é a minha competência e onde acaba. Não quero fazer nada que esteja fora das minhas competências. A primeira coisa que eu procuro saber, quando entro numa casa, é até onde vão as minhas responsabilidades. Posso fazer até onde? Ou pedir esclarecimento. Tal como pedi sobre a autonomia administrativa da AT. Eu fiz uma carta, e até agora estou à espera da resposta sobre qual é a verdadeira autonomia escrita na lei da Autoridade Tributária. Eu



quero autonomia total. Eu quero autonomia total em termos de decidir sobre a cobrança dos impostos. Quero uma autonomia para decidir sem influência nenhuma sobre cobrança nesse aspecto. Quando digo total, para mim o limite é a lei, sempre.

Mas sempre que possa ter havido qualquer hipótese de contactar, anulamos qualquer tipo de procedimentos. Tenho uma característica que não permite que isso aconteça. E influencio os meus colegas a serem assim, para que não haja influências de terceiros. Usarem os seus lugares hierárquicos para esses fins. Anulamos qualquer tipo de corredores. Agora, pode haver pretensões. Há quem tenha desejado fazer, mas ficou em querer fazer. Portanto, ainda está em cima da mesa a definição da autonomia administrativa da AT. Estamos a questionar o que é? Porque a legislação diz que tem autonomia administrativa. Eu quero saber, vai até aonde? É para fazer o quê?

Canal – Então permita-me perguntar-lhe, senhor Presidente: agora estão a ir até onde, se ainda estão num processo de questionamento do vosso campo de actuação?

Rosário Fernandes – Olhe, agora vamos até interpretarmos a lei que está em vigor, porque tipifica isso. Mas nós queremos que haja

uma interpretação adequada, mais detalhada para saber até onde devo pisar, e para lá não piso. Tem que haver isso. Isso inclui a disponibilização da informação pública. Os nossos actos, nós publicamos. Se calhar estamos a publicar coisas que não devíamos publicar ou até publicar pouco, havendo mais para publicar. Quero uma interpretação mais autêntica e mais detalhada. Portanto, nenhum presidente de uma administração tributária pode ignorar os limites das suas atribuições e competências. Daí o nosso interesse em conhecer o grau dessa autonomia, para conhecer os limites.

Canal – Qual é a fórmula usada para a arrecadação dos 400 milhões em impostos, tal como a imprensa nacional divulgou?

Rosário Fernandes – Consta no ponto nº 8 do Comunicado nº 3, de 28 de Agosto de 2013.

Canal – Mas explica-nos, como é que chegaram à central eléctrica?

Rosário Fernandes – Este mecanismo histórico de direito consuetudinário transportou-se para o direito financeiro Tributário, traduzido pela expressão “dação em cumprimento”. Isso é de lei.

Quando vai em dinheiro, é para satisfazer a tabela das despesas. Construímos escolas, pontes, estradas, para ter ampliação patrimonial

prática. Esta aí Mpanda Nkua. É difícil construir barragem para uma capacidade adicional de 1500 megawatts, mas não temos, porque é difícil. Se houvesse alguém que pagasse um imposto sobre o valor total de Mpanda Nkua, nós teríamos aceitado há muito tempo.

Canal – Mas explica-nos o caso da ENI?

Rosário Fernandes – O cálculo foi feito na base da globalidade do imposto a pagar e, depois, na fracção que nos interessa para construir a central de energia. São 130 milhões de dólares para 75 megawatts em Palma, e foi o Estado que disse que queremos em Palma. Aquilo é propriedade do Estado, não é da ENI. É uma contribuição patrimonial. Isso foi explicado. Em condições excepcionais, o Estado tem de manifestar vontade de receber essa modalidade. Uma área como Palma, em que só para construir aquela fábrica de gás liquefeito é complicado, e quem vai construir são eles, e nós não temos “Know how”.

Canal – Quanto deu de conjugação com os impostos que deviam ser pagos?

Rosário Fernandes – Nós fizemos o cálculo para mais de 500 milhões de dólares de imposto que daria. Tentamos sempre um procedimento de cálculo, valor da realização, abate de imputação de custos, valor líquido. Na legislação anterior, aplicava-se em casos em que eles operavam, e agora tivemos que actualizar tudo, no interesse do Estado. Tomava-se em conta o período de detenção daqueles activos. No caso da ENI, foram 30% sobre aquele diferencial, e a incidência da taxa única de 32% que foi aplicável. Os 32% foram aplicados para todos os casos. O que variou foi o período de detenção do capital. Temos que ter base de incidência justa. Mas o esclarecimento foi expressamente prestado na pormenorização da parcela

II da tributação, no ponto nº 8 do Comunicado nº 3, com fundamento na legislação em vigor aplicável, que estabelece os mecanismos de dação em cumprimento.

Canal – Porquê nesta transacção não foi aplicada a fórmula dos 32% previstos no Código dos Impostos sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas, e aplica-se às transacções anteriores e similares?

Rosário Fernandes – Os termos do ponto nº 8 do comunicado nº 3 esclarecem o algoritmo de determinação do imposto e a aplicação da taxa única do IRPC (32%).

Canal – Aonde foram parar os 900 milhões de dólares que, adicionados aos 400 milhões de dólares, perfazem a exacta quantia correspondente aos 32%?

Rosário Fernandes – É natural, para vocês, porque é aritmética simples, que 900 milhões adicionados a 400 dá 1,3 biliões. Mas não é tão simples assim como fizeram a pergunta. A determinação do imposto a pagar é da competência exclusiva da administração tributária. A AT esclareceu no comunicado nº 3, com esclarecimentos exaustivos constante nos pontos 7, 8 e 9. É preciso ver que o imposto não é o valor daquele bem. Há essa confusão. Os cálculos são aqueles que apresentamos em aritmética rigorosa. Nós anunciamos a parte pecuniária, dinheiro, 400 milhões de dólares.

A parte física, 130. Total: 530. O “Wall Street Journal” esteve aqui, e explicamos isso. Perguntámos a eles se tinham “any additional question” e não tinham “additional question”. Expliquei tudo, e não pedi autorização para fazer isso.

A minha cabeça assim o determinou, para que o público ficasse esclarecido, no seu direito de ser esclarecido. Não pedi autorização.

Vou dar mas um segredo: aqueles senhores da Cove, da Videocom, da ENI, da Anadarko, quando começa a discussão dessas matérias, trazem os seus juristas. O discurso inicial era de que não há impostos a pagar. Disseram que o imposto era zero. Imagine que saímos de 0 para 530 milhões.

O que devia pôr em parangonas é que, com a ENI, Moçambique encaixou 530 milhões em vez de zero. A ENI disse que não havia impostos a pagar, porque, segundo a interpretação deles, beneficiavam de um acordo entre Moçambique e a Itália para evitar a dupla tributação. Trouxeram missões diplomáticas para dar suporte a isso. Influenciaram até agências internacionais. Recebemos cartas, aqui, a dizer que não há impostos.

Agora imagina a pressão de não haver impostos, para pagar do zero, e termos conseguido captar 530 milhões de dólares para o Estado.

Eles na parte pecuniária queriam pagar 382 milhões. Nós recusamos, porque o nosso tecto é mais de 500 milhões de dólares. A parte pecuniária, para nós, tinha que ser a maior possível. Não podíamos alargar a parte física, porque foi feita com eles próprios, que foi de 130. Nós queríamos que a parte pecuniária fosse a mais alta possível, para a parte patrimonial ser o diferencial. E assim foi o cálculo dos 530 milhões de dólares.

Canal – O que a AT tem a dizer sobre os fortes indícios de corrupção na transacção que constam em processos da Procuradoria de Milão?

Rosário Fernandes – Eventuais indícios de corrupção constatáveis em transacções nacionais ou internacionais, carecem sempre de prova material produzida, a serem dirimidas em tribunal competente, precedida de instrução preparatória com protagonismo directo das procuradorias da república. Se a

Procuradoria de Milão tiver na sua posse tais indícios, envolvendo transacções ocorridas no território moçambicano ou em nome do território moçambicano, cabe à mesma obediência rigorosa do segredo da justiça, comunicar toda a matéria processada à sua congénere moçambicana, para a apreciação, de acordo com o sistema jurídico aplicável na República de Moçambique. Isso quer dizer o seguinte: se a Procuradoria de Milão tem elementos, tem provas bastantes, é só remeter à procuradoria de Moçambique toda a matéria, para haver investigação. Encorajo a fazerem isso.

Canal – Até que ponto as relações de promiscuidade denunciadas contribuíram para as irregularidades levantadas no processo e até que ponto isentam as responsabilidades do Presidente da AT, que ficou a assistir a um processo em que era parte interessada?

Rosário Fernandes – Mas antes... Olhe, eu gostava de Carlos Cardoso, muito mesmo. Ele ia até a investigação profunda das coisas. Aquele jornalista raramente publicava coisas sem investigar, quando ele escrevia estava seguro do argumento. E infelizmente perdemo-lo, devido à sua coragem. Por alguma razão fui ontem [10.03.15] ao velório [NR: do professor Gilles Cistac], porque partilho das coragens em busca da verdade. Não interessa se diz bem ou mal. Só dizer. É exprimir uma opinião dele, se a gente não gostou, vamos a uma praça e dirimimos isso. Discutimos o verbo. Isso é mais bonito.

Se alguém não gosta de alguém, que o vença na batalha intelectual e não em outras batalhas. Eu sou assim. Quando temos princípios, vivemos tranquilos.

Mas voltando à sua questão, a intervenção directa da Procuradoria da República da Itália e de Moçambique sobre alegadas irregularidades processuais testemunhará a

qualidade passiva ou activa na operação de cobranças de impostos devidos à AT. Importa assegurar que os mais de 1.4 mil milhões de dólares americanos arrecadados de 2012-2014, e totalmente revertidos para a Conta Única do Tesouro, a título de mais-valias, resultam de diligências da responsabilidade da AT e do seu presidente. Eu gostaria que vocês escrevessem a coragem que nós tivemos de ir lá onde existe dinheiro ou activos a serem transaccionados e trazer para os cofres do Estado. É a primeira vez que acontece na República de Moçambique a tributação das mais-valias. Vocês têm que encorajar para a gente fazer mais. Todas as empresas tributadas em sede das mais-valias afirmavam categoricamente não



haver lugar a qualquer imposto a pagar, com destaque para a ENI Spa. Do total, mais de 1.4 mil milhões de dólares americanos só a ENI Spa, nas duas fracções

do imposto, representa 36,50%, totalizando 530 milhões de dólares americanos, dos quais 24,53% sob forma de dação em cumprimento.

DICIONÁRIO TRIBUTÁRIO

Cabotagem marítima – Regime aduaneiro de transporte de mercadorias carregadas a bordo de um navio entre portos nacionais.

Fraude Fiscal – Actos praticados pelo contribuinte depois da ocorrência do respectivo facto gerador, para evitar, retardar ou reduzir o pagamento de um tributo.

Mecenato – Permissão concedida aos contribuintes de poderem deduzir ao seu rendimento colectável, dentro de certos limites, os montantes entregues a título de donativos (sem intuito comercial) a entidades elegíveis.

Moz number – Número de referência da inspecção pré-embarque.

Rácio Fiscal – Totalidade dos impostos cobrados em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

Educação Fiscal – Processo de sensibilização dos potenciais contribuintes sobre a cobrança de impostos e a necessidade de o fazer.

“Orgulho-me por ser a melhor defensora de Moçambique, e uma das melhores de África”

– afirma Valerdina Manhonga, atleta de basquetebol

Por: Milco Matavele

Valerdina Manhonga é uma jovem alegre e com uma mente positiva. É humilde e gosta de trabalhar. Nasceu em 1980, na cidade de Lichinga, filha de Daniel Manhonga e de Margarida Marcolino Bicula. É mãe de uma menina, tem 5 irmãos, é atleta, esposa e funcionária.

Casualmente, na adolescência, descobriu o desporto, tendo experimentado a prática de futebol e atletismo. Mas foi no basquetebol que se firmou. Representa a selecção nacional de basquetebol desde os seus 16 anos e é uma das melhores defensoras de Moçambique e de África, tendo provado isso no último campeonato do mundo realizado na Turquia.

Representou vários clubes, dentre eles a extinta Conseng, Académica de Maputo, Costa do Sol, Desportivo de Maputo onde ganhou vários títulos com destaque para o título de campeã de África. Seguiu-se, também, a Liga Muçulmana de Maputo, onde ganhou dois campeonatos nacionais e um campeonato Africano de clubes.

É considerada a melhor jogadora na sua posição. Acompanhe, na íntegra, a entrevista com Valerdina Manhonga, atleta e funcionária da AT, cujo nome passaremos a abreviar por VM.



Valerdina Manhonga, Atleta e funcionária da AT

BT: Como foi a sua infância?

VM: Tive uma infância muito boa como de tantas outras crianças. O que mais guardo da minha infância é a alegria dos meus amigos. Brincava às escondidas,

jogava neca, berlindes, caçava passarinhos, dançava e cantava. Tive, também, o privilégio de conhecer o saudoso Samora Machel, uma vez que eu fazia parte dos Continuadores. Foi uma coisa boa. O aprendizado que tive quando criança faz de mim o que sou hoje.

BT: Fale-nos um pouco do seu percurso académico.

VM: Comecei a estudar em Lichinga, na Escola Primária Heróis Moçambicanos, onde estudei até a 4ª classe. Na 2ª classe já escrevia cartas para o meu pai sempre que ele fosse trabalhar fora. Quando meu pai foi transferido para Maputo – visto que ele era militar, neste momento está na reserva – tivemos que vir com ele. Assim, fiz a 5ª classe em Maputo, na Escola Primária a Luta Contínua e a 6ª e a 7ª na Escola Primária Completa da Polana, actualmente Escola Secundária da Polana. Depois passei para a Escola Secundária de Lhanguene, onde conclui a 10ª classe e de seguida passei para Escola

Secundária Francisco Manyanga, onde fiz a 11ª classe, e a 12ª classe na Escola Secundária Josina Machel. No mesmo ano Passei para a Escola do Jornalismo, onde iniciei curso de Marketing e Publicidade, contudo não concluí. Posteriormente ingressei na Universidade Pedagógica (UP) onde me encontro neste momento a concluir o curso de licenciatura em Planificação e Administração e Gestão Escolar. Futuramente pretendo fazer o curso de mestrado em Ciências de Comunicação.

BT: Como é que se interessa pelo curso?

VM: Eu sempre gostei de planificação, gestão e administração. Conheci o curso através da internet, em Portugal, Brasil e tive essa curiosidade. A UP abriu o curso, candidatei-me e fui admitida.

BT: Como e quando entra para a AT?

VM: Participei no concurso de ingresso em 2010, passei por todos

processos e fui apurada.

BT: Além da AT, já vinha trabalhando em algum lugar?

VM: Fazia “*parte-time*”. Já pude trabalhar em algumas agências na área de marketing. Fui também vendedeira, ajudava a minha mãe na sua banca, no mercado Xiquelene. Vendi roupa de calamidade (roupa usada), produtos alimentares e refeições para alguns vendedores do mercado.

BT: Sendo um dos rostos mais visíveis na estrutura administrativa da Equipa de Voleibol da AT, como avalia o desempenho desta equipa no último campeonato Africano da Zona VI, realizado em Maputo?

VM: Tenho o privilégio de estar a trabalhar no Gabinete de Comunicação e Imagem, na Divisão de Educação Fiscal e Assistência ao Contribuinte como Coordenadora Adjunta do Desporto da AT. A equipa portou-se muito bem. Conseguimos vencer o terceiro título consecutivo, um facto inédito na zona VI de África. Quando se tem um colectivo como este, certamente só se pode esperar muitas górias, não só por serem da AT, mas pela atitude, determinação e humildade que eles vem demonstrando ao longo desses quatro anos. São abnegados no trabalho.

BT: Qual é o objectivo das Actividades Desportivas na AT?

VM: O principal objectivo é a popularização do imposto a nível nacional e além fronteiras, com vista o alargamento da base tributária. Estas acções estão aliadas à formação de disseminadores, atribuição e actualização dos dados do NUIT, no âmbito da Campanha de



Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização de Imposto. Sendo o desporto um vector de atracção das massas, tem sido um recurso a ter em conta na conciençialização dos contribuintes e potenciais contribuintes acerca da importância do pagamento do imposto.

BT: Quais são as acções que estão em curso, para que a equipa de voleibol da AT consiga superar a classificação do campeonato africano de voleibol, realizado ano passado na Tunísia?

VM: Após terminar o campeonato da zona VI, ganho pela equipa da AT, os técnicos e atletas intensificaram os treinos e aprimoraram alguns métodos e técnicas com vista fazer face a qualquer adversário. Neste momento lutamos para melhorar a classificação de 2014 e estamos na máxima força com o regresso de Délcio Soares, Luis Miguel e a inclusão do Acácio, certamente eles seram uma mais-valia.

BT: Como entra para o basquetebol, atendendo e considerando que vem de uma família de desportistas. É irmã de Mbinho, ex-jogador de futebol e que actualmente é adjunto treinador no Maxaquene, também é filha de

um ex-dirigente de futebol.

VM: Eu seguia o meu irmão Mbinho por todo lado, pois gostava de praticar qualquer actividade desportiva, sendo as masculinas as minhas favoritas. Quando viemos para Maputo ele começou a treinar no Estrela Vermelha e eu sempre ia para assistir os treinos dele. Na altura, não havia futebol feminino, acabei passando para o atletismo na Escola Secundária da Polana. Uma amiga minha descobriu o meu talento e convidou-me a integrar a equipa de basquetebol da Conseng e desde então nunca mais parei.

BT: Fale-nos um pouco da sua trajectória no basquetebol nacional?

VM: A minha trajectória no basquetebol é positiva. Comecei na Conseng em 1991 e depois passei para o Maxaquene onde não consegui me enquadrar.

Fui para o Costa do Sol, onde fiquei até 2002. No mesmo ano, abracei o projecto da Académica de Maputo, onde fui campeã da cidade e vice-campeã nacional. No ano seguinte abracei, também, o projecto do Desportivo de Maputo, com o professor Nazir Salé. Em 2011 abraçámos o projecto da Liga

Muçulmana e vencemos o campeonato da cidade e o campeonato nacional por duas vezes consecutivas, e fomos campeãs de África em 2012.

BT: Como é que surge o convite para representar a selecção nacional, tendo em conta que só as melhores é que são convocadas?

VM: Fui convocada pela primeira vez para a Selecção Nacional com 16 anos para os jogos dos PALOP's, que iam decorrer em Maputo. Entretanto, faltando uma semana para o arranque da competição fui dispensada porque naquele ano eu ia completar 17 anos, e por um lapso os meus treinadores convocaram-me, infringindo, assim, as regras, uma vez que só podiam jogar atletas que naquele ano iam completar 16 anos.

Contudo, volto a integrar a selecção nacional em 2001, para o campeonato que ia decorrer na Tunísia. Mas acabei não indo porque fiquei grávida e abdiquei da selecção. Em 2005 trabalhei o máximo e fui convocada para participar no campeonato africano, que ia decorrer na Nigéria. Foi neste campeonato em que fui apelidada de "Tsunami". Durante este campeonato travei duelos com grandes jogadoras do mundo. Quando me recordo que estive ao lado da Mwadi Mabika, que jogava nos Los Angeles Lakers na WNBA, fico arrepiada, sem olhar para as outras jogadoras Senegalesas que actuavam na França e outros campeonatos evoluídos.

BT: Qual foram os pontos mais altos da sua carreira?

VM: Foram dois momentos. O primeiro foi quando ganhei os títulos de campeã africana de clubes e o segundo foi a qualificação da selecção nacional para o campeonato do mundo.

BT: A nível de clubes, ganhou o seu primeiro troféu internacional pelo Desportivo de Maputo. Qual foi a sensação naquele momento?

VM: É uma sensação única, no momento é difícil de exprimir o sentimento. Mas é um sentimento

fazer. Nós pecamos muitas vezes quando falamos em idade. Na nossa cultura, quando uma mulher chega à casa dos 30 anos deve parar de jogar. Quando ela continua a jogar, com os seus 34 ou 40 anos, como jogou a Clarisse Machanguana, as pessoas não vêem isso com bons olhos. O mais importante não é a idade, mas sim o estado que o atleta apresenta naquele momento, se tem capacidades e condições físicas para continuar a jogar. Neste momento estou em condições de continuar a jogar, quer na selecção como no meu clube.



BT: Ainda não respondeu à minha questão. Como surge o convite para assinar pelo Costa do Sol?

VM: Já vínhamos sendo "namoradas" por vários clubes, apesar da idade. Abdiquei de alguns clubes porque achei

que não ia me enquadrar, e por pouco não assinei com o Maxaquene. O projecto do Costa do Sol foi bastante aliciante, não por questões monetárias, mas pelo grupo de trabalho. Sem contar que o Costa do sol é meu clube do coração, conheço a casa e foi muito fácil.

BT: Joga basquetebol há longos anos. O que é que já ganhou com esta modalidade?

VM: Acima de tudo ganhei muita amizade a nível mundial. É uma coisa que não tem preço. Tive o

de dever cumprido. Por exemplo, quando a AT alcança as metas ficamos todos felizes, e eu como funcionária digo que também contribuí para o alcance da meta (Risos...).

BT: Nos meados de 2014, extinguem-se a equipa de basquetebol da Liga Muçulmana. Nisto, surgiram rumores segundo os quais boa parte das atletas já tinham atingido a idade da reforma. Como é que surge o convite para assinar pelo Costa do Sol?

VM: Essa é uma pergunta que muitos jornalistas gostam de

privilégio de conhecer América, Europa, Ásia, África e a Oceânia. Em termos monetários, não ganhei muito. Com os prémios que tive pude ajudar a minha família e custear a minha formação.

BT: Em quem a Valerdina se inspira no basquetebol?

VM: A minha maior inspiração no Basquetebol é o Steve Nash, Jason Kidd e Zinobia Machanguana (irmã da Clarisse Machanguana).

BT: Qual é o seu melhor cinco (5) base?

VM: Eu aposto na Deolinda Ngulela, Anabela Cossa, Ruth Muinga, Leia Dongue, e Clarisse Machanguana.

BT: E porque é que a Valerdina não consta no cinco base?

VM: Eu não consto porque reconheço as qualidades das minhas colegas. Para mim, a Deolinda Ngulele é a melhor base de Moçambique. Eu me orgulho por ser a melhor defensora de Moçambique, e uma das melhores de África. Provei isso no último mundial, realizado na Turquia.

BT: Que radiografia faz do nosso basquetebol?

VM: Dos 100% daria somente 50%, porque não estamos organizados. Por mais talento e vontade que a gente tenha de fazer as coisas, se não há vontade e liderança, nada acontece.

BT: Nos últimos tempos a Valerdina tem sido uma mulher ausente. Como é que a família encara isso, visto que é mãe, esposa, funcionária e atleta?

VM: Isso é uma dor que eu como mãe sinto. Imagina, então, como

a minha filha e o meu esposo se sentem. Eles ficam tristes, mas sabem que vou trabalhar. A maior satisfação é o resultado final.

BT: Como é que a Valerdina consegue conciliar o papel de Dona de casa, trabalhadora e atleta?

VM: Não é fácil. Tento, na medida de possível, planear melhor. Durante o tempo que passo com a minha família procuro dar o meu máximo, principalmente aos fins-de-semanas.

BT: Sendo mulher e profissional, quais são os sonhos que ainda tem?

VM: Em relação ao desporto, sonho em ser campeã de África a nível da selecção, e nos qualificarmos para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. A nível profissional, dentro da AT, gostaria que essa Valerdina fosse reconhecida a nível interno como funcionária, pela produtividade, desempenho e competência profissional.

BT: O que tem feito para atingir as metas tanto no basquetebol e ao nível profissional?

Acima de tudo sou profissional e trabalho acima da média. Não gosto de trabalhar a 50% ou 80%. Gosto sempre de trabalhar acima dos 100%. Quando saio do serviço e vejo que não terminei a minha tarefa não me sinto satisfeita. Dá uma satisfação enorme quando ao fim do dia conseguimos alcançar os objectivos já planeados.

BT: Uma mensagem para a mulher moçambicana.

VM: Orgulhemo-nos em ser mulheres e nunca desistamos

dos nossos seus sonhos. A mulher deve acreditar no seu potencial e procurar aumentar a sua formação académica.

Perfil

Nome: Valerdina Daniel Manhonga (Manhonguita), de 34 anos de idade

Estado civil: solteira (união de Facto) com o Jornalista Gilberto Nhantumbo, mãe de: Mirza Noémia Nhantumbo (14 anos)

Clubes que já representou: Académica, Costa do Sol, Desportivo, Liga Muçulmana.

Clube actual: Costa do Sol

Títulos conquistados: A nível de clubes: África - Medalha de ouro (Maputo, Nairobi, Abidjan); Parta (Tunísia) e Bronze (Coutonou); Nacionais – quatro Medalhas de Ouro, duas Medalhas de Prata; da Cidade de Maputo - quatro Medalhas de Ouro, uma de prata e duas de bronze;

A nível da selecção nacional: Medalha de prata e Bronze no Afrobasket (Maputo, Abuja); Medalha de ouro nos jogos da Lusofonia (Goa, Índia)

Música predilecta: Endless Love

Músico preferido: Leonel Rich

Clube de coração: Costa do Sol

Bebidas: Fanta laranja

Uma citação: "Eu sou capaz"

Tempos livres: ler, cozinhar e estar com a família

Perfume: cristal da versace

O que é que não gosta: falta de honestidade

Pais: Moçambique

A problemática do pagamento de impostos em transacções feitas no ambiente digital em Moçambique (Parte 2)

Por: Vânia Mandlate

Perspectiva da tributação electrónica do Governo

A visão sobre a tributação electrónica inicia na plataforma das exigências das políticas governamentais, neste caso específicas do governo electrónico. A política de governo electrónico de Moçambique, aprovada pelo Conselho de Ministros em Julho de 2006, apresentou como objetivo fundamental, “melhorar a prestação de serviços públicos, usando o poder das TIC (Tecnologia de informação comunicação), por meio das quais o cidadão, em qualquer área da governação ou das actividades socioeconómicas, pode exercer o direito de aceder, processar e extrair a informação que achar necessária para as suas realizações, bem como interagir e efectuar transacções online com o governo”. (Unidade Técnica de Implementação da Política de Informática, p. 1).

Enquadrada no âmbito da Estratégia Global da Reforma do Sector Público (EGRSP) 72, a política de governo electrónico de Moçambique foi desenhada especificamente para apoiar a terceira fase dessa Reforma, programada para o período 1990-2011. Nesse período,

políticas, estratégias e programas dos governos, assim como dos recursos disponibilizados para a sua materialização.” (Moçambique - Estratégia do Governo Electrónico, 2010, p. 1).

De acordo com o Gabinete da Estratégia de e-Gov, a política de

governo electrónico de Moçambique é, nesta era da informação, “o instrumento mais adequado para a colocação dos serviços públicos ao alcance do cidadão a qualquer momento e em qualquer lugar, para uma prestação de serviços mais eficaz e eficiente e menos dispendiosa, e para a redução da burocracia e oportunidades de corrupção”. (Moçambique- Estratégia Governo Electrónico, 2005, p. 2).

Sob esse princípio o Governo definiu e priorizou seis projectos âncora que seriam implementados até final de 2010:



concretamente a partir de 2006, ano da sua criação, o governo electrónico de Moçambique ganhou reconhecimento e aceitação crescentes na prática da governação, ficando “o seu maior ou menor impacto a depender do maior ou menor grau de integração transversal nas

um deles consta do *Sistema de Gestão Financeira e Fiscal do Estado*.

Trata-se de um sistema implementado para garantir a integridade e transparência nas transacções financeiras e fiscais do Estado, evitando o uso de numerários nas transacções entre o sector público, os cidadãos e as empresas. Esse sistema permite criar um protocolo comum de registo, autorização e verificação para a realização de transacções financeiras seguras nas relações de Governo para Governo (G2G), de Governo para o sector privado e de negócios (G2B) e entre o Governo e o cidadão (G2C).

PROBLEMÁTICA DO PAGAMENTO IMPOSTO EM TRANSACÇÕES FEITAS EM AMBIENTE DIGITAL

Segundo Kalakota e Whinston, o comércio electrónico pode ser definido de acordo com varias perspectivas, mas só iremos mencionar as duas perspectiva que irão adequar a realidade dos pagamentos dos impostos via internet, nomeadamente:

- Numa perspectiva de comunicações, o comércio electrónico é a entrega de informações, produtos, serviços e pagamentos, através de linhas telefónicas, redes de computadores ou qualquer outro meio electrónico.
- Numa perspectiva de serviço, trata-se de um elemento caro às empresas e consumidores, já que diminui custos, ao mesmo tempo que aumenta a velocidade de entrega do serviço.

Não bastassem as dúvidas sobre

o correcto enquadramento tributário das actividades realizadas via internet, notadamente no que diz respeito ao papel dos provedores de acesso ou de conteúdo, outra questão de análise jurídica dessa moderna forma de interação **e de negócios entre pessoas físicas e jurídicas**. Nesse contexto, a fiscalidade e se une ainda mais com a TI (tecnologias de informação) e consequentemente com a internet, trazendo benefícios e novidades principalmente na área da Legislação Fiscal e Tributária.

O comércio electrónico traz maiores dificuldades na colecta de informações por parte das administrações tributárias. No ambiente de comércio convencional, os contribuintes mantêm livros e registos, e prestam informações às autoridades tributárias quando requisitados. No ambiente electrónico, os livros e registos electrónicos podem ser mais facilmente armazenados ou remetidos a jurisdições estrangeiras.

E o Estado começa a observar que esta prática comercial e económica na rede aumenta cada vez mais, de forma que os vectores económicos trafegados se multiplicam fantásticamente a cada ano, principalmente quando se sabe da impossibilidade técnica, actual, do Poder Público em observar e fiscalizar todas as operações, e, mais ainda, definir com a precisão necessária e imposta pela ordem jurídica tributária, quais delas serão alcançadas.

A verdade é que a internet

também é pensada, pelos comerciantes, como um mecanismo de fuga legítima ao poder tributária através da supressão. Assim, são aparentes problemas decorrentes deste processo tanto para ao país, assim como para a AT, sendo um órgão de fiscalização tributária. Contudo, são indicados cenários problemáticos segundo a CTA¹ (2012) que transcorrem de:

- Com respeito à aplicação dos impostos sobre o consumo*

Pode-se mencionar como as principais dificuldades colocadas pelo fenómeno: a localização do facto gerador; a distinção entre transferência de bem intangível e prestação de serviços; a identificação e/ou localização dos sujeitos intervenientes na transacção; e a supressão ou redução, em alguns casos, dos intermediários na cadeia de comercialização.

Assim, há dificuldade na determinação da jurisdição na qual se consumirá o produto comercializado. Em matéria de tributação indirecta, as distintas jurisdições fiscais tributam o produto no país de destino ou de origem da mercadoria. Para a aplicação do primeiro princípio, quando a transacção é internacional, convencionou-se que o país de origem, ou exportador, não tributa os bens destinados ao mercado externo, enquanto o país de destino onera o bem importado com o imposto de importação

¹ SPEED-CTA. Impactos da Janela Única Electrónica em Moçambique nos módulos da importação e exportação após nove meses de implementação. 2012.

e o (s) imposto (s) sobre o consumo.

ii. A problemática da identificação do sujeito passivo se vê incrementada com a redução ou supressão de intermediários na cadeia de comercialização aos quais, na maioria dos casos, a administração fiscal costuma designar o carácter de agentes de retenção ou de prestação de informações. Feitas essas considerações, dividiremos a análise da tributação.

iii. No caso do comércio internacional, incide no embarque ou desembarque dos produtos físicos objecto das transacções virtuais a mesma regulamentação tributária do comércio exterior tradicional; no comércio electrónico doméstico, aplicam-se os procedimentos convencionais da tributação sobre valor agregado ou sobre varejo, como vendedor assumindo a figura de contribuinte responsável (de direito) e com a obrigatoriedade de o trânsito do bem ou mercadoria ser acompanhado do respectivo documento fiscal.

iv. Tecidas as considerações acerca da tributação de produtos físicos transacionados via comércio electrónico, é de se salientar que a grande dificuldade fica por conta da tributação dos produtos

e serviços genuinamente virtuais (digitalizáveis) – principalmente os que se configuram como prestação de serviços, isso porque nas transacções de comércio electrónico directo torna-se dificultoso estabelecer a natureza intrínseca da operação e os direitos e produtos que se transmitem, dado que se verifica uma desmaterialização do objecto, via digitalização.

v. O vendedor muitas vezes não oferece garantias ou documentação legal sobre o produto, uma vez que os produtos em sua grande maioria são usados ou o vendedor não possui peças de reposição. O vendedor também não possui controle directo sobre os meios de entrega, normalmente é utilizada uma empresa terceirizada, privada ou estatal. Toda a negociação é baseada em confiança ou através de métricas definidas pelo intermediário, caso haja algum problema, em primeira instância, cabem ao vendedor e o comprador resolver algum impasse ou problema.

A arrecadação tributária no mundo é construída no entendimento de que cada Estado tem o direito de decidir por si próprio quanto à colecta de impostos da população e das empresas dentro das suas fronteiras. Muitos países, possuem tratados tributários com outros países, com o objetivo principal de evitar a dupla tributação, mas as regras desses tratados levam em consideração a jurisdição

de cada Estado, apenas estabelecendo qual país tem a prioridade, quando mais de um reivindica o direito de tributar.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

A internet ingressou nas relações sociais como instrumento de união entre pessoas e interesses e causou reflexos, com muita rapidez, em áreas acomodadas aos padrões tradicionais, como é o caso dos segmentos estatais responsáveis pela tributação e pela arrecadação. O chamado “poder tributário” está sendo constantemente desafiado a organizar-se de modo a poder auferir riqueza decorrente das operações realizadas on-line e que configuram factos geradores de impostos.

Um facto que o fenómeno do comércio electrónico se desenvolve a um ritmo crescente a nível global. Todavia, a nível individual, o seu crescimento difere de país para país. Certamente, nos países mais desenvolvidos tecnologicamente e também socialmente o seu desenvolvimento tende a ser mais rápido e notório que nos restantes países. Da mesma forma, apesar de ser um fenómeno internacional, o comércio electrónico está sujeito a diferentes tratamentos por todo o mundo.

Das várias avaliações feitas por instituições internacionais como o Banco Mundial, pelo seu relatório anual *Doing Business*, que avalia e compara os custos de fazer negócio nos vários países do mundo, e nas Conferências Anuais do Sector Privado (CASP) de diálogo entre este e o Governo, constatou-se que o desembaraço aduaneiro é bastante moroso e custoso

– pelo que entrava a questão da melhoria do ambiente de negócios.

Uma boa solução, no entanto, pressupõe uma correcta formulação e dimensionamento do assunto em análise, bem como as normas relacionadas ao comércio electrónico também devem ser regidas pelos princípios comuns da neutralidade, da eficiência, da simplicidade, da flexibilidade e da justa alocação dos factos tributários.

Assim, para um debate produtivo sobre a tributação nestes moldes é necessário que conceituemos o que caracteriza o comércio electrónico e que delimitemos de forma mais precisa e objectiva a magnitude do problema e as suas implicações e desdobramentos. Urge a reformulação normativa a nível nacional, incluindo previsões expressas em relação à tributação dos rendimentos obtidos através do comércio

electrónico, contanto que a AT desempenhe um papel central, principalmente para evitar as situações de tributação equivocada, dupla tributação e evasão fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTIN, Alberto Luiz. *Comércio Eletrônico – modelo, aspetos e contribuições de sua aplicação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BASSO, Maristela. *Comércio eletrônico: uma visão geral*. Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados, Porto Alegre, 2000.
- KALAKOTA, R. e WHINSTON A. *Electronic Commerce: A manager's guide*. MY, Addison Wesley, 1997.
- PÁDUA, Elisabete M. M. de. *Metodologia da pesquisa: Abordagem teórica- prática*. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

• PIRES, Rita Calçada, *Tributação Internacional do Rendimento Empresarial gerado através do Comércio Eletrónico*, Coimbra, Almedina, 2011.

- PIZARRO, Sebastião Nobrega. *Comércio Electrónico: Contratos Electrónicos e Informáticos*. Coimbra, Edições Almeida. SA. 2005.
- SMITH, R.; SPEAKER, M.; THOMPSON, M. *O mais completo guia sobre e-commerce*. São Paulo: Futura, 2000.
- SPEED-CTA. *Impactos da Janela Única Electrónica em Moçambique nos módulos da importação e exportação após nove meses de implementação*. CTA, 2012.

* Estagiária afecta ao SECF



TODOS JUNTOS
FAZEMOS MOÇAMBIQUE

Campanha de **Educação Fiscal e Aduaneira**
e **Popularização do Imposto**





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE
DIRECÇÃO GERAL DE IMPOSTOS
PROJECTO e-TRIBUTAÇÃO

e-Tributação

SIMPLES, RÁPIDO, CÓMODO E SEGURO

UMA ADMINISTRAÇÃO
TRIBUTÁRIA VIRADA PARA SI



**TODOS JUNTOS
FAZEMOS MOÇAMBIQUE**

Direcção Geral de Impostos

Projecto e-Tributação • Av. 25 de Setembro
Prédio Tranquilidade de Moçambique • N°1203 • 1ºAndar
• email: e_tributacao@at.gov.mz •
Blog: www.e-tributacao.blogspot.com
Maputo - Moçambique
Central de Atendimento: Telef:1266
e-mail: linhadocontribuinte@at.gov.mz

Curiosidades sobre saúde

O que é hipertensão arterial?

Hipertensão Arterial ou "Pressão Alta" significa que a pressão dentro das artérias de uma pessoa subiu a valores elevados e permanecem altos. Consideramos hoje, que o nível de pressão máxima maior do que 140 mmHg ou pressão mínima maior do que 90 mmHg indicam "pressão alta".

A hipertensão arterial atinge mais de 30% da população adulta, em plena fase produtiva, principalmente acima dos 30 anos de idade. Embora exista uma influência de factores hereditários (familiares) na elevação da pressão arterial, sabemos que condições de vida contribuem para esta elevação – baixa escolaridade, desemprego, baixos salários etc., assim como estilo de vida – comer muito sal, ser "estressado", estar acima do peso, não fazer exercícios e ingerir bebida alcoólica com excesso.

Esta doença é perigosa porque frequentemente não causa sintomas, mas pode acarretar consequências graves para o indivíduo como: acidente vascular cerebral (derrame cerebral), enfarto do miocárdio (insuficiência de coração), insuficiência renal ou ainda obstrução das artérias que levam o sangue para as pernas, se não for diagnosticado e tratada adequadamente.

Todas as pessoas, mesmo que não sintam nada, devem verificar sua pressão arterial no posto de saúde pelo menos uma vez por ano.

Sempre são necessários remédios para tratar a hipertensão arterial?

Não. Há uma série de medidas que podemos adotar para mudar nosso estilo de vida, que contribuem para o controle de hipertensão arterial, como: uma alimentação saudável e actividade física para reduzir o peso, diminuir a ingestão de sal e de bebidas alcoólicas e participar de actividades que o ajudem a lidar com o estresse. A prescrição de medicamentos é feita quando essas medidas não são suficientes para reduzir a pressão ou quando a pessoa apresenta outros factores de risco que agravam as consequências de uma pressão não controlada como o tabagismo, diabetes, colesterol muito elevado e história familiar de enfarto ou derrame precoce.

